



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 14ª Região (RO/AC)



**Relatório do Planejamento
Estratégico Participativo do Tribunal
Regional do Trabalho da 14ª Região
2015-2020**

Sumário

1. Introdução	2
2. Resultados Mapa Estratégico Corporativo - TRT 14ª Região	3
3. Desdobramento dos objetivos estratégicos	5
3.1 Garantir a efetividade da prestação jurisdicional	5
3.2 Manter as práticas socioambientais sustentáveis	6
3.3 Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito	6
3.4 Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	7
3.5 Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais	7
3.6 Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária	8
3.7 Melhorar a comunicação interna e externa	8
3.8 Maximizar a Governança da Gestão de Pessoas	9
3.9 Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas	9
3.10 Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz	10
3.11 Prover o Regional de infraestrutura física adequada	11
3.12 Maximizar os resultados da governança de TIC	11
4. Principais Ações do Planejamento Estratégico 2015-2020	12

1. Introdução

O Planejamento Estratégico Participativo (PEP), aprovado pela Resolução Administrativa nº 79, de 30 de setembro de 2014, teve sua vigência durante o período de 2015 a 2020 e foi o instrumento de planejamento que estabeleceu um conjunto de ações integradas e prioritárias, traduzidas em diretrizes, objetivos e metas deste Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. Esse Planejamento, construído com a participação dos magistrados e servidores, permitiu comunicar aos públicos interno e externo os principais objetivos desta instituição e suas respectivas metas de maneira simples e direta. Assim, propiciou o aprimoramento dos serviços jurisdicionais e estreitou as relações com a sociedade em prol de uma justiça efetiva, célere e cidadã.

Ressalta-se que, no início de 2019, houve a necessidade de realizar uma revisão técnica no PEP 2015-2020, visando corrigir distorções de mensuração nos indicadores vigentes à época devido à necessidade de atualização, redefinição de metas e adequação de indicadores já monitorados das metas nacionais (CNJ) e da Justiça do Trabalho (CSJT). Nesse sentido, a revisão se deu nos níveis tático e operacional (indicadores, metas e parâmetros), mantendo-se preservados os objetivos estratégicos aprovados pelo Tribunal Pleno, por meio da Resolução Administrativa n. 079/2014.

Portanto, o ano de 2020 encerrou o ciclo do PEP 2015-2020. Por isso, é importante que seja feita uma análise dos resultados obtidos no nosso Tribunal. Optou-se por realizar essa análise dos resultados acumulados de cada ano, sendo que os dados foram extraídos, nos dias 25 e 26/01/2021, do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho - SIGEST, sistema usado para medição, monitoramento e análise das estratégias deste Regional, disponibilizado pelo CSJT.

Por sua vez, é importante ressaltar que as cores foram atribuídas aos indicadores (verde, vermelho e amarelo) para associação do atingimento ou não da meta. Essas foram replicadas pelo que foi considerado no SIGEST, uma vez que as margens utilizadas por ano foram diferentes em alguns casos.

O presente relatório está dividido em outros três tópicos, sendo que o primeiro apresenta o mapa estratégico com os resultados dos objetivos, o segundo mostra o primeiro nível de desdobramento de cada um desses resultados e o terceiro apresenta as principais ações realizadas do Planejamento Estratégico durante esse período de 2015 a 2020.

2. Resultados Mapa Estratégico Corporativo - TRT 14ª Região

Abaixo segue o mapa estratégico corporativo do TRT da 14ª Região no período de 2015-2020. Os faróis apresentados na figura referem-se aos resultados obtidos no ano de 2020, um ano atípico devido à ocorrência da pandemia de COVID19, que afetou significativamente os resultados obtidos não apenas por este Tribunal, mas por todas as organizações.

Ao avaliar os resultados acumulados, farol representado à direita da descrição dos objetivos estratégicos, verifica-se que 4 metas foram atingidas:

- Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz;
- Prover o Regional de infraestrutura física adequada;
- Maximizar os resultados da governança de TIC.



A tabela abaixo resume os resultados anuais obtidos em todos esses indicadores do PEP 2015-2020, nesse período avaliado.

Verifica-se que no ano de 2015 quase todas as metas foram atingidas, com exceção de duas (Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas e Prover o Regional de infraestrutura física adequada). No ano de 2016 foram 5 metas não atingidas, no ano de 2017 foram 7, nos anos de 2018 e 2019 foram 5 e no ano de 2020 foram 8 metas não alcançadas.

Associação ao PEP	Meta	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
		% realizado	Farol	% realizado	Farol	% realizado	Farol	% realizado	Farol	% realizado	Farol	% realizado	Farol
Perspectiva Sociedade / Efetividade na prestação jurisdicional	Garantir a efetividade da prestação jurisdicional	103,10%	●	181,80%	●	115,00%	●	120,00%	●	93,80%	●	73,40%	●
Perspectiva Sociedade / Garantia dos direitos da cidadania	Manter as práticas socioambientais sustentáveis	134,90%	●	215,60%	●	131,00%	●	87,90%	●	78,30%	●	59,70%	●
Perspectiva Processos internos / Estímulo à conciliação e às soluções alternativas de conflito	Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito	114,20%	●	89,99%	●	82,50%	●	89,50%	●	152,10%	●	98,37%	●
Perspectiva Processos internos / Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	94,04%	●	83,60%	●	87,90%	●	119,20%	●	95,70%	●	63,90%	●
Perspectiva Processos internos / Impulso às execuções trabalhistas e fiscais	Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais	172,70%	●	100,00%	●	91,60%	●	101,20%	●	136,05%	●	88,21%	●
Perspectiva Processos internos / Fortalecimento dos processos de governança administrativa e judiciária	Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária	100,00%	●	85,00%	●	92,50%	●	93,50%	●	99,50%	●	97,00%	●
Perspectiva Processos internos / Fortalecimento da comunicação interna e externa	Melhorar a comunicação interna e externa	97,59%	●	75,63%	●	74,21%	●	127,72%	●	82,33%	●	82,69%	●
Perspectiva Recursos / Melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida	Maximizar a Governança da Gestão de Pessoas	178%	●	111,30%	●	92,90%	●	92,00%	●	113,00%	●	91,50%	●
	Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas	83,74%	●	110,30%	●	107,40%	●	99,00%	●	118,90%	●	105,90%	●
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz	96,87%	●	152,30%	●	117,62%	●	121,46%	●	129,11%	●	119,26%	●
Aprimoramento da infraestrutura e governança de TIC	Prover o Regional de infraestrutura física adequada	79,00%	●	100,00%	●	89,00%	●	100,00%	●	138,70%	●	173,10%	●
	Maximizar os resultados da governança de TIC	99,39%	●	73,80%	●	163,50%	●	104,90%	●	106,90%	●	129,80%	●

3. Desdobramento dos objetivos estratégicos

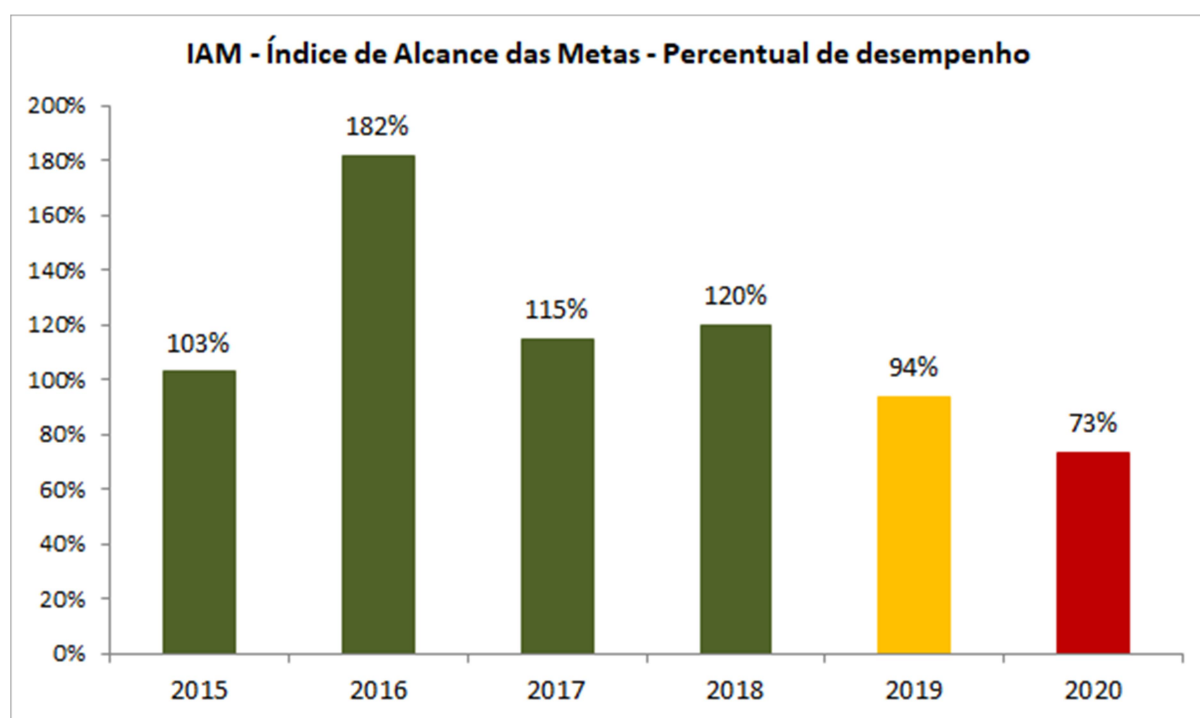
A seguir será detalhado o resultado obtido no primeiro nível de desdobramento dos objetivos estratégicos, sendo apresentado o histórico de 2015 a 2020.

Como o indicador desdobrado nem sempre foi o mesmo em todos os anos, optou-se por apresentar uma tabela nesses casos. Nas situações em que o indicador foi idêntico durante os 6 anos apresentou-se um gráfico com os valores previstos e realizados acumulado em cada período.

3.1 Garantir a efetividade da prestação jurisdicional

O objetivo “Garantir a efetividade da prestação jurisdicional” é desdobrado no IAM - Índice de Alcance das Metas - que não foi alcançado nos anos de 2019 e 2020.

O IAM, que mede o desempenho geral das metas estabelecidas no planejamento estratégico, é calculado a partir de pontuações obtidas para as metas, que têm diferentes pesos. Como as pontuações são diferentes em cada ano, optou-se por apresentar o gráfico do percentual de desempenho desse índice em cada ano



3.2 Manter as práticas socioambientais sustentáveis

O objetivo “Manter as práticas socioambientais sustentáveis” foi desdobrado nos anos de 2019 e 2020 nos indicadores IRS (Índice de Responsabilidade Socioambiental) e IRUR (Índice de Responsabilidade com o Uso dos Recursos). Observa-se que o IRS foi um desdobramento em todos os anos e só teve a meta alcançada nos anos de 2015 e 2017.

Os anos de 2016 e 2017, além do IRS, teve como desdobramento o IPTS (Índice do Programa de Trabalho Seguro), que teve um resultado de êxito em ambos os anos.

Na revisão técnica, em 2019, foi incluído no Planejamento o IRUR, que alcançou um bom resultado com a redução de gastos com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, combustível e papel no ano de 2020.

Ano	IRS		IPTS		IRUR	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2015	17.000	22.934				
2016	17.000	16.245	50	60		
2017	17.000	27.530	100	100		
2018	17.000	14.942				
2019	15.000	12.022			100	124
2020	15.000	287			100	83

3.3 Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito

O objetivo “Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito” foi desdobrado no índice de conciliação na fase de conhecimento (ICONc) (entre os anos de 2015 a 2018) e no índice de conciliação na fase de execução (ICONE) (todos os anos).

Esse último não teve a meta alcançada nos anos de 2017 e 2020. O ICONc foi retirado do Planejamento na revisão técnica, pois era um índice que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ já media nas metas nacionais.

Ano	Conciliação Execução		Conciliação Conhecimento	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2015	11,28	16	39,54	34,23
2016	11,39	11,07	39,92	31,55
2017	11,5	10,43	43,35	36,24
2018	11,61	11,83	48	37,03
2019	11,72	17,83		
2020	11,83	11,64		

3.4 Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

O objetivo “Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional ” foi desdobrado em diferentes indicadores ao longo do período 2015 a 2020. Em 2019, os indicadores: Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância (TMDP2), Tempo Médio de Duração do Processo – 1ª Instância – Fase de Conhecimento (TMDP1c), Índice de Processos Julgados – 2ª Instância (IPJ2) e Índice de Processos Julgados – 1ª Instância (IPJ1) foram substituídos pelos indicadores: IAMJ2G (Índice de Alcance das Metas Judiciais do 2º Grau), IAD2c (Índice de Atendimento à Demanda 2ª Instância Fase de Conhecimento) e IAMJ1G (Índice de Alcance das Metas Judiciais do 1º Grau).

Nenhum desses 3 índices foram atingidos no último ano. Ressalta-se que o índice de alcance das metas considera as metas geral e específicas do CNJ.

A seguir está a tabela com os resultados desdobrados e a descrição das siglas.

Ano	TMDP1c		IAD1c		IAD2		TMDP2		IPJ1		IPJ2		IAMJ2G		IAD2c		IAMJ1G	
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R
2015	77,87	81,19	100	92,35	100	92,3	151,21	157,56										
2016	77,09	90,79	100	107,67	100	67,90	142,57	176,02										
2017	92	110,34					173	239	90	110,72	90	88,83						
2018	148	115					92	69	92	117,7	92	93,61						
2019													100	90	100	103,89	100	93
2020													100	50	100	80,69	100	71,11

TMDP1c: Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase de Conhecimento

IAD1c: Índice de atendimento à demanda - 1ª Instância - Fase de Conhecimento

IAD2: Índice de atendimento à demanda - 2ª Instância (IAD2)

TMDP2: Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância

IPJ1: Índice de Processos Julgados - 1ª Instância

IPJ2: Índice de Processos Julgados - 2ª Instância

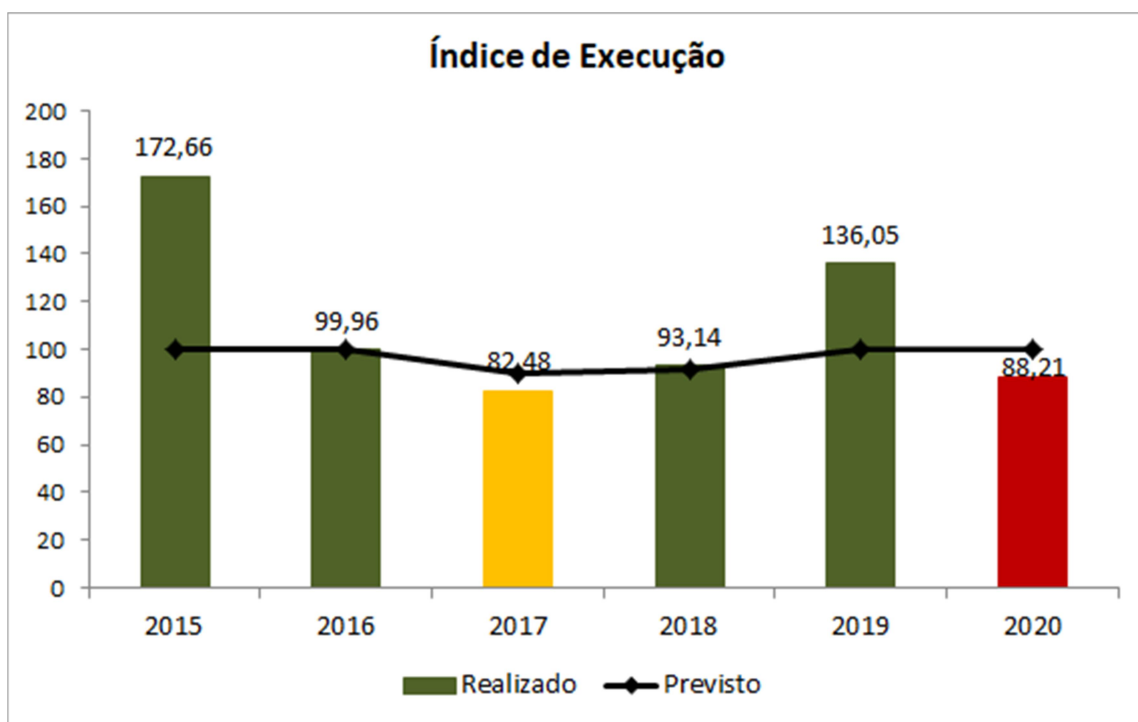
IAMJ2G: Índice de alcance das Metas Judiciais do 2º Grau

IAD2c: Índice de Atendimento à Demanda 2ª Instância Fase de Conhecimento

IAMJ1G: Índice de Alcance das Metas Judiciais do 1º Grau

3.5 Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais

O objetivo “Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais” é desdobrado no índice de Execução, que resumidamente representa o número de execuções baixadas em relação às iniciadas. Verifica-se no gráfico a seguir que essa meta não foi atingida nos anos de 2017 e 2020.



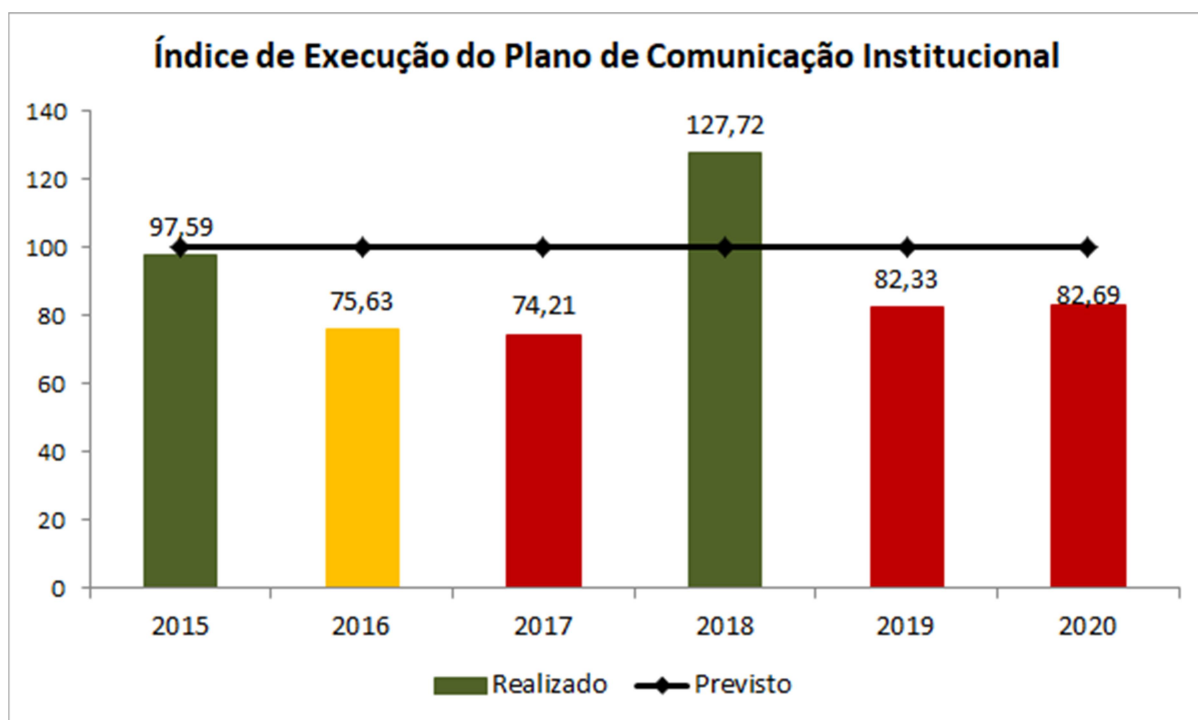
3.6 Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária

O objetivo “Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária” foi desdobrado no IGovPub (Índice de Governança Pública) nos anos de 2019 e 2020 e no IGovGE (Índice de Governança da Gestão Estratégica) nos anos de 2015 a 2018. A meta foi alcançada apenas no ano de 2015 e atingiu valores próximos ao proposto nos demais anos. O IGovPub foi incluído no planejamento por ser um indicador proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a situação de governança pública na Administração Pública Federal.

Ano	IGovGE		IGovPub	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2015	100	100		
2016	100	85		
2017	100	92,5		
2018	100	93,5		
2019			100	99,5
2020			100	97

3.7 Melhorar a comunicação interna e externa

O objetivo “Melhorar a comunicação interna e externa” é desdobrado no Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional, que teve a meta atingida apenas nos anos de 2015 e 2018, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



3.8 Maximizar a Governança da Gestão de Pessoas

O objetivo “Maximizar a Governança da Gestão de Pessoas” foi desdobrado no IDPCGP (Índice de Desempenho do Plano de Contribuição em Gestão de Pessoas) nos anos de 2019 e 2020. Anteriormente, havia sido definido para acompanhamento o IGovGP (Índice de Governança da Gestão de Pessoas) e ICM-PDE/SGEP (Índice de Cumprimento das Metas no Plano de Desdobramento Estratégico da SGEP).

Verifica-se na tabela a seguir que a meta foi atingida nos anos de 2015, 2016 e 2019.

Ano	IGovGP		ICM-PDE/SGEP		IDPCGP	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2015	50	89				
2016	80	89				
2017	85	79				
2018	90	84	100	88,84		
2019					50	56,5
2020					100	91,5

3.9 Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas

O objetivo “Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas” foi desdobrado, nos anos de 2019 e 2020, no IAMag (Índice de Absenteísmo dos Magistrados), no IAServ (Índice de Absenteísmo de Servidores), IPS (Índice de Prevenção de Saúde) e IDPCMQRV (Índice de Desempenho do Plano de Contribuição em Melhoria da Qualidade de Vida das Pessoas). No último ano atingiu-se a meta apenas do índice de absenteísmo, tanto dos servidores quanto dos magistrados.

Anteriormente, além dos desdobramentos citados, definiu-se os indicadores IA (Índice de Absenteísmo - Geral), IGovQV (Índice de Governança de Qualidade de Vida) e ICMOV-PDE/SGEP (Índice de Cumprimento das Metas de Qualidade de Vida no Plano de Desdobramento Estratégico da SGEP).

Ressalta-se que o IPS, índice que mede o número de servidores e magistrados que realizam exame médico periódico preventivo e apresentam resultados dos exames no tribunal, visando estimular a cultura de prevenção de saúde, sempre foi um desafio, visto que, durante 2015-2020, nunca foi cumprida a meta no histórico avaliado.

Ano	IA		IAMag		IAServ		IGovQV		IPS		ICMOV-PDE/SGEP		IDPCMQRV	
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R
2015	3,5	4,87					70	90	60	37,12				
2016			3	0,94	3	2,13	75	70	70	35,29				
2017			2,5	1	2,5	2,69	80	83	80	58,92				
2018			2	0,77	2	1,5	85	90	80	37,81	100	55,23		
2019			2	0,79	2	2,39			80	32,35			80	155
2020			1	0,33	2	0,91			70	15,47			100	80

3.10 Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz

O objetivo “Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz” é desdobrado no IEOD (Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado), mede o orçamento disponibilizado pelo executado. Nos anos de 2015 e 2016, além do IEOD, foi definido o IEO (Índice de Eficiência Operacional). Observa-se na tabela a seguir que as metas foram cumpridas em todos os anos.

Ano	IEO		IEOD	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2015	100	100,39	90	84,01
2016	1.200	2.481,89	90	87,92
2017			71,89	84,56
2018			72,89	88,53
2019			73,89	95,4
2020			74,89	89,31

3.11 Prover o Regional de infraestrutura física adequada

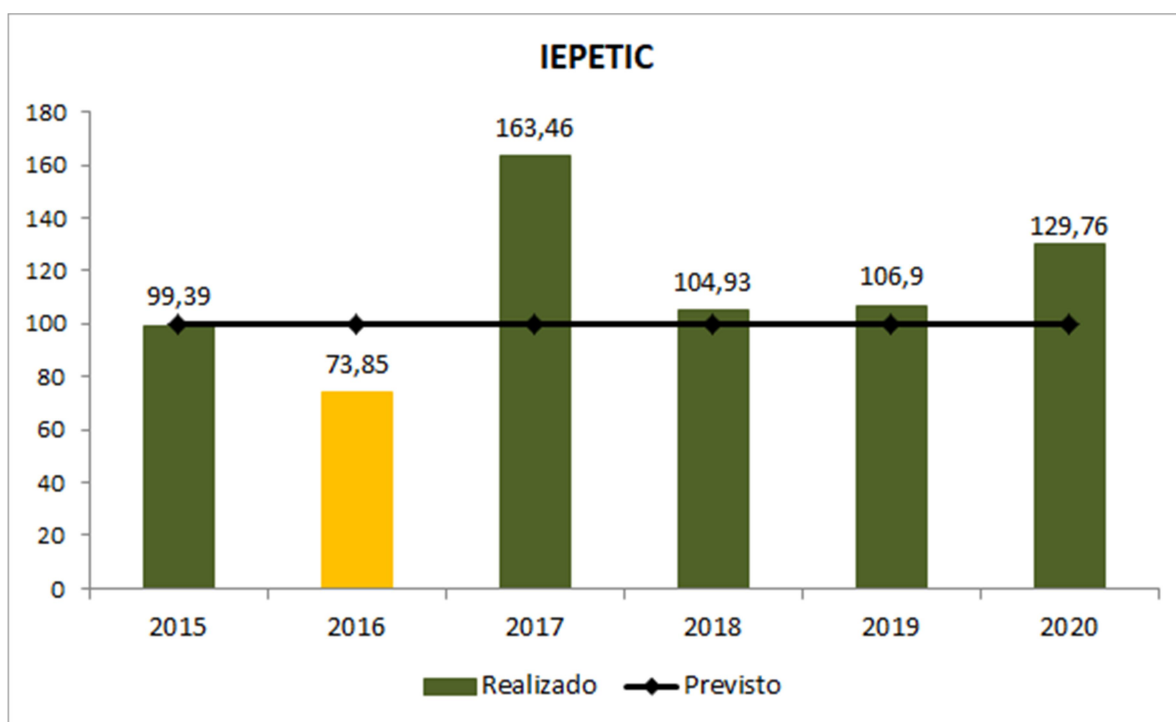
O objetivo “Prover o Regional de infraestrutura física adequada” foi desdobrado, nos anos de 2019 e 2020, no indicador IGovContrat (Índice de Governança e Gestão de Contratações), enquanto nos anos de 2015 a 2018 definiu-se o IGovInfra (Índice de Governança da Infraestrutura) como desdobramento. O IGovContrat é um dos indicadores propostos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a situação de governança pública na Administração Pública Federal.

Verifica-se que a meta não foi alcançada apenas nos anos de 2015 e 2017.

Ano	IGovInfra		IGovContrat	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2015	100	79		
2016	100	100		
2017	100	88		
2018	100	100		
2019			100	138,7
2020			76	131,6

3.12 Maximizar os resultados da governança de TIC

O objetivo “Maximizar os resultados da governança de TIC” foi desdobrado no indicador Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC) nos anos de 2015 a 2020, não tendo alcançado a meta em 2016.



4. Principais Ações do Planejamento Estratégico 2015-2020

Na sequência, apresentamos as principais ações que contribuíram para os resultados alcançados, durante o período de 2015 a 2020, na vigência do PEP, e que contribuíram para a tomada de decisões e fortaleceram o desempenho institucional:

- Priorização do 1º Grau;
- Implantação do Plano Logística Sustentável;
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC 2017-2020
- Implantação do Plano de Comunicação Institucional 2018-2021;
- Implantação do Sistema de Processos Administrativos - PROAD;
- Implantação do Plenário Virtual;
- Implantação da Gestão de Riscos;
- Implantação de Gerenciamento de Processos Administrativos;
- Implantação do Núcleo de Atendimento e Atermação Virtual (NAAV);
- Implantação das Secretarias Virtuais;
- Atualizações e melhorias no Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe;
- Implantação do NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas) e dos CEJUSC's (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) de Porto Velho/RO e Rio Branco/AC;
- Implantação do Juízo 100% Digital;
- Modernização do Portal Eletrônico; e
- Alcance do Selo 100% PJe.